

**12. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES**

**12.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 118/2017 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, nos moldes do Processo Administrativo Especial, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções de:

I - advertência;

II - suspensão temporária nos termos do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015; e

III - declaração de inidoneidade nos termos do inciso III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015.

**12.2.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**12.3.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

**12.4** A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos.

**12.5** A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

**12.6** A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva de Secretário Gestor do termo de colaboração, ou de acordos de cooperação.

**12.7** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III da Cláusula **12.1** do presente instrumento, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 dias, contado da data de ciência da decisão.

**13. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

**13.1.** O foro da Comarca de Campina das Missões, RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

**13.2.** Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

**14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Cândido Godói, RS, 21 de maio de 2026.

**GUERINO BACKES**

Prefeito

**MAXWEL MARSCHALL MALLMANN**

Representante da Entidade

**MAXWEL MARSCHALL MALLMANN**

Gestor da Parceria Pela Entidade

**EDUARDA DEON FROSI**

Gestora da Parceria Pelo Município

**GABRIEL HENRIQUE HARTMANN**

OAB/RS 114.377

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

**ELTON LUIS PERIUS**

**GLÁDIA DEISI ROBALLO**

**CARLA VOGEL**

**Publicado por:**

Eduarda Deon Frosi

**Código Identificador:**CC2AA6AE

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA**

**SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA**

Processo Administrativo nº 6.135/2026

Número do contrato: 311/2026.

Objeto: Locação de pirâmides para semana de pentecostes que acontecerá dos dias 18 a 24 de maio de 2026, na praça da paróquia Nossa Senhora de Lourdes. 3 pirâmides por dia.

Contratada: **PR INDÚSTRIA E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS LTDA.**

CNPJ: 90.705.922/0001-97.

Valor: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).

Capão da Canoa, 20 de maio de 2026

**VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Sandro José Brito Dalsotto

**Código Identificador:**8EF7359F

**SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA PREGÃO**  
**ELETRÔNICO Nº 192/2026 – EDITAL Nº 399/2026**

**OBJETO: Contratação de empresa para realizar a manutenção do veículo placas ISH1283 da Secretaria de Educação. LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Até as 14h00min do dia 09.06.2026. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 0800 115 1551. O pregão eletrônico ocorrerá no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Capão da Canoa, 21 de maio de 2026.

**VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Sandro José Brito Dalsotto

**Código Identificador:**392CE678

**SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA PREGÃO**  
**ELETRÔNICO Nº 193/2026 – EDITAL Nº 400/2026**

**OBJETO: Contratação de empresa para realizar a manutenção do veículo placas JBU7E39 da Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer. LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Até as 14h00min do dia 10.06.2026. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 0800 115 1551. O pregão eletrônico ocorrerá no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Capão da Canoa, 21 de maio de 2026.